

## Alerta Legislação nº 15, de 08 a 13 abr. 2024

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **DECRETO Nº 11.994, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Estratégia Elas Empreendem e o Comitê de Empreendedorismo Feminino.

#### **DECRETO Nº 11.992, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Altera o [Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003](#), que define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, e dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

### Governo do Estado de São Paulo

#### **LEI Nº 17.898, DE 09 DE ABRIL DE 2024**

Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2024-2027.

### Prefeitura de São Paulo

#### **DECRETO Nº 63.341, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2024 - PPI 2024, instituído pela [Lei nº 18.095, de 19 de março de 2024](#), e introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado na forma do Anexo Único integrante do [Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012](#).

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

11/04/2024

**DECRETO Nº 11.994, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Estratégia Elas Empreendem e o Comitê de Empreendedorismo Feminino.

**DECRETO Nº 11.993, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Política Nacional das MPES e altera o [Decreto nº 8.364, de 17 de novembro de 2014](#), para dispor sobre o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

**DECRETO Nº 11.992, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Altera o [Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003](#), que define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, e dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

**DECRETO Nº 11.991, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos (3PA-AAP.PC7), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.

**DECRETO Nº 11.990, DE 10 DE ABRIL DE 2024 (\*)**

Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos (2PA-AAP.PC7), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.

*(\*) Este Decreto e seus anexos serão publicados em suplemento à presente edição.*

**DECRETO Nº 11.989, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, firmado em Montreal, em 24 de setembro de 2019.

**DECRETO Nº 11.988, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular, firmado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

**DECRETO Nº 11.987, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Altera o [Decreto nº 10.431, de 20 de julho de 2020](#), para dispor sobre a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária.

**DECRETO Nº 11.986, DE 10 DE ABRIL DE 2024**

Institui o Comitê Executivo do Plano Nacional de Cultura.

**10/04/2024**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.212, DE 9 DE ABRIL DE 2024**

Altera a [Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996](#), a [Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000](#), e a [Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021](#), e dá outras providências.

	<p><b><u>DECRETO Nº 11.985, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de produzir subsídios para a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 11.984, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008</a>, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, sua Secretaria Executiva e sua Comissão Técnica Executiva - COTEC.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 11.983, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Institui o Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.</p>
<p><b>09/04/2024</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 11.981, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973</a>, para incluir a atuação no Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas no rol de atividades permanentes.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 11.980, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a execução do Trigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36 (31PA-ACE36), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai, pela República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e pelo Estado Plurinacional da Bolívia.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 11.979, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023</a>, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 11.978, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023</a>, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento e Orçamento, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
<p><b>09/04/2024 (Ed. extra)</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 11.982, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 11.515, de 2 de maio de 2023</a>, que revoga o <a href="#">Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019</a>.</p> <p><b><u>RETIFICAÇÃO</u></b>  No <a href="#">Decreto nº 11.982, de 9 de abril de 2024</a>, publicado no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2024, Seção 1, na página 1, Edição Extra nº 68-B, nas assinaturas, leia-se:  <b>LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA</b>, Enrique Ricardo Lewandowski e Maria Laura da Rocha.</p>

<p style="text-align: center;"><b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b></p>	<p><b><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2024</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da <a href="#">Resolução nº 1, de 2002-CN</a>, faz saber que a <a href="#">Medida Provisória nº 1.191, de 25 de outubro de 2023</a>, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 259.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de abril de 2024. Congresso Nacional, em 11 de abril de 2024  Senador <b>RODRIGO PACHECO</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2024</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da <a href="#">Resolução nº 1, de 2002-CN</a>, faz saber que a <a href="#">Medida Provisória nº 1.192, de 1º de novembro de 2023</a>, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Auxílio Extraordinário destinado a pescadores e pescadoras profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de abril de 2024. Congresso Nacional, em 11 de abril de 2024  Senador <b>RODRIGO PACHECO</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p style="text-align: center;"><b>Atos do Poder Legislativo</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 14.843, DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984</a> (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e restringir o benefício da saída temporária.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.842, DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.841, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Reconhece o Município de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, como Capital da Revolução Constitucionalista de 1932.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.840, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.839, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Inscreve o nome de Cesare Mansueto Giulio Lattes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.838, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Cria a Rota Turística do Caminho das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.837, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010</a>, que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do</p>

	<p>País", para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).</p> <p><b><u>LEI Nº 14.836, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990</a>, e o <a href="#">Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941</a> (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 129, DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Institui, no âmbito da Advocacia-Geral da União, Comissão de Especialistas para apresentar estudo propositivo de revisão do <a href="#">Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 130, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral do Banco Central e dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União.</p> <p><b>CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR</b>  → Comitê-executivo de Gestão  <b><u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 566, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024 (*)</u></b>  Revoga Ex-tarifários para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação.  (*) Republicada por ter saído com incorreção de informação em seus Anexos I e II, no DOU de 20/02/2024, Edição 34, Seção 1, página 47.</p>
<p><b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MAPA Nº 672, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Estabelece os procedimentos de cadastro no Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção (e-Sisbi), as diretrizes e as regras de transição para a integração de Serviços de Inspeção ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa).</p> <p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</b>  <b><u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.083, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Instituir Grupo Técnico de Trabalho com a finalidade de subsidiar a regulamentação dos Capítulos II e III da <a href="#">Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022</a>, referente à implantação dos programas de autocontrole aplicados aos agentes das cadeias produtivas do setor de produtos de origem animal e adesão ao programa de incentivo à conformidade em defesa agropecuária.</p> <p><b>SECRETARIA EXECUTIVA</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CGPNCPD Nº 6, 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera, ad referendum do Plenário, as Resoluções CNPNCPD nº 3, 4 e 5, de 6 de março de 2024, para uniformização e padronização</p>

	<p>dos Grupos Técnicos no âmbito do Comitê Gestor Interministerial do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis.</p>
<p><b>Ministério da Cultura</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MINC Nº 122, DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a segunda etapa da Seleção de Propostas para a implantação de CEUs da Cultura, modalidade do Programa Territórios da Cultura, conforme modelos e descrições apresentados no Manual de Instruções para Seleção dos CEUs da Cultura, a serem apoiadas com recursos da <a href="#">Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022</a>, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 291, DE 5 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Torna público o quantitativo de vagas disponíveis para promoção de servidores em cada classe das carreiras e dos planos especiais de cargos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 4 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), de Áreas Tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos.</p> <p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b>  → Conselho Deliberativo (CD)  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Resolução CD/FNDE nº 18, de 22 de outubro de 2021</a>, que estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, no âmbito da execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 7 DE MARÇO DE 2024</u></b>  Altera o Anexo I da <a href="#">Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021</a>, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.</p>
<p><b>Ministério da Fazenda</b></p>	<p><b>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.128, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Ajusta, no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), a forma de cálculo e os limites da Garantia de Renda Mínima.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.127, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Ajusta, no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), os limites de cobertura aplicáveis a empreendimentos com probabilidade de perdas de rendimento por evento meteorológico adverso igual a 40% (quarenta por cento) e</p>

30% (trinta por cento), conforme recomendações do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc).

**RESOLUÇÃO CMN Nº 5.126, DE 8 DE ABRIL DE 2024**

Ajusta o valor limite para enquadramento de operações de crédito rural no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

**RESOLUÇÃO CMN Nº 5.125, DE 8 DE ABRIL DE 2024**

Altera, no âmbito do regulamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), regras atinentes ao processo de apresentação e de análise de comprovantes de aquisição de insumos.

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA**

**ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 9 DE ABRIL DE 2024**

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

→ Secretaria Executiva

**ATO COTEPE/ICMS Nº 44, DE 8 DE ABRIL DE 2024**

Altera o [Ato COTEPE ICMS nº 174/23](#), que divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se referem o § 1º da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto, o § 1º da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS nº 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da [Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022](#), e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto, e o § 1º da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS nº 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da [Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022](#), e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

**SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.185, DE 5 DE ABRIL DE 2024**

Altera a [Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022](#), que dispõe sobre contribuições sociais administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**Ministério da  
Gestão e da  
Inovação em  
Serviços Públicos**

**GABINETE DA MINISTRA (GM)**

**PORTARIA MGI Nº 2.162, DE 5 DE ABRIL DE 2024**

Revoga a [Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019](#), que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências.

	<p><b>SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DE RELAÇÕES DE TRABALHO</b>  <b><u>PORTARIA SRT/MGI Nº 2.320, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o Anexo da <a href="#">Portaria SGP/MGI nº 7.872, de 29 de novembro de 2023</a>, que dispõe sobre a distribuição dos quantitativos de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.</p>
<p><b>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANAS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ANA Nº 190, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Aprova as tarifas para a prestação do serviço de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, para o ano de 2024, com fundamento no art. 4º, inciso XIX da <a href="#">Lei nº 9.984, de 2000</a>.</p>
<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MTE Nº 46, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória.</p>
<p><b>Ministério da Previdência Social</b></p>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b>  – <b>Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão</b>  <b><u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.200, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Portaria DIRBEN/INSS nº 982, de 22 de fevereiro de 2022</a> que estabelece regras e procedimentos para o atendimento presencial nas Agências da Previdência Social do INSS.</p> <p><b><u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.201, DE 5 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Altera o Anexo V do Livro I das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas que versam sobre cadastro, administração e retificação de informações dos Segurados e Beneficiários no âmbito do INSS, aprovado pela <a href="#">Portaria DIRBEN/INSS nº 990, de 28 de março de 2022</a>.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.495, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Autoriza o repasse referente ao incremento financeiro emergencial de custeio de resposta às emergências em saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.494, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Atualiza, para o ano de 2024, os valores dos repasses de recursos financeiros federais referente ao Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVisa), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste</p>



	<p>populacional de que trata o Art. 444, da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.493, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b> Altera a <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017</a>, para instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.492, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b> Institui o Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.414, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Inclui, na Tabela de Procedimento, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS), o Implante Percutâneo de Válvula Aórtica (TAVI), por via transfemoral, para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes com contraindicação cirúrgica, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.491, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b> Autoriza o repasse referente ao incremento financeiro emergencial de custeio de resposta às emergências em saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 732, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2024</u></b> Dispõe sobre as regras e diretrizes metodológicas relativas à realização da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4ª CNGTES).</p>
<p><b>Ministério das Cidades</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MCID Nº 355, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Divulga as propostas selecionadas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV-Entidades, de que trata a <a href="#">Portaria MCID nº 862, de 4 de julho de 2023</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 354, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Divulga as propostas selecionadas para contratação no âmbito do Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural, objeto do processo seletivo instituído pela <a href="#">Portaria nº 743, de 20 de junho de 2023</a>, do Ministério das Cidades, bem como revoga dispositivo do citado diploma normativo.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 353, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Altera a <a href="#">Portaria nº 742, de 20 de junho de 2023</a>, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as regras e requisitos para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos na condição de entidade organizadora - EO para atuação no Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural e altera a <a href="#">Portaria nº 743, de 20 de junho de 2023</a>, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as regras e os requisitos</p>

	<p>para o processo de seleção de propostas, no exercício de 2023, do MCMV Rural.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 351, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a <a href="#">Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 350, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Autoriza a contratação de proposta(s) de empreendimento(s) habitacional(is) enquadrada(s) e ratificada(s), nos termos da <a href="#">Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023</a>, que divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a <a href="#">Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 346, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b> Divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a <a href="#">Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 345, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b> Divulga a proposta de empreendimento habitacional enquadrada no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a <a href="#">Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA MCID Nº 340, DE 5 DE ABRIL DE 2024</u></b> Altera a <a href="#">Portaria MCID nº 724, de 15 de junho de 2023</a>, a <a href="#">Portaria MCID nº 725, de 15 de junho de 2023</a>, e a <a href="#">Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023</a>, referentes à linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a <a href="#">Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023</a>.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL</b> <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.085, DE 26 DE MARÇO DE 2024</u></b> Altera a <a href="#">Resolução Normativa nº 1.033, de 26 de julho de 2022</a>, no que se refere à participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia.</p>

<p><b>Ministério de Portos e Aeroportos</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC</b>          – Superintendência de Aeronavegabilidade  <u><b>PORTARIA Nº 14.318, DE 10 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Estabelece a definição de aeronave com rádio altímetro tolerante, tendo em vista a implantação da tecnologia 5G no Brasil.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO Nº SAA Nº29, DE 8 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Define e estabelece normas para execução do Programa Estadual de Vigilância para a Febre Aftosa (PEEFA) no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u><b>RESOLUÇÃO Nº SAA Nº28, DE 8 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Define e estabelece as normas para a atualização do rebanho das explorações pecuárias do Estado de São Paulo e dá outras providências</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <u><b>PORTARIA MDS Nº 979, DE 9 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Alteração de denominação de unidades administrativas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.</p> <p><u><b>PORTARIA MDS Nº 978, DE 5 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cozinha Solidária.</p> <p><u><b>PORTARIA MDS Nº 977, DE 5 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Estabelece regras e procedimentos para o cadastro e habilitação de cozinhas solidárias no âmbito do Programa Cozinha Solidária.</p> <p><b>SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>  <u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Altera a <a href="#">Instrução Normativa nº 1, de 18 de dezembro de 2014</a>, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p> <p><u><b>PORTARIA SNAS Nº 81, DE 4 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.</p> <p><u><b>PORTARIA SNAS Nº 80, DE 04 DE ABRIL DE 2024</b></u>          Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.</p>

<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 52, DE 26 DE MARÇO DE 2024</u></b>  Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para FONES DE OUVIDO SEM FIO, COM SISTEMA INTELIGENTE DE ÁUDIO E COM FUNÇÃO PRINCIPAL DE CONECTIVIDADE E PAREAMENTO POR WIRELESS, industrializado na Zona Franca de Manaus.</p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 51, DE 26 DE MARÇO DE 2024</u></b>  Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para Fones de Ouvido Sem Fio, Com Sistema Inteligente de Áudio e Com Função Principal de Conectividade e Pareamento Por Wireless, industrializado no País.</p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 50, DE 26 DE MARÇO DE 2024</u></b>  Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para Aparelho Emissor Com Receptor Incorporado Digital, Com Tecnologias de Transmissão/Recepção Sem Fio, Tela Sensível Ao Toque e Pulseira Com Função Principal de Conectividade Sem Fio Com Aparelhos Portáteis de Telefonia Celular - Smartwatch, industrializado na Zona Franca de Manaus.</p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 49, DE 26 DE MARÇO DE 2024</u></b>  Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para Aparelho Emissor Com Receptor Incorporado Digital, Com Tecnologias de Transmissão/Recepção Sem Fio, Tela Sensível Ao Toque e Pulseira Com Função Principal de Conectividade Sem Fio Com Aparelhos Portáteis de Telefonia Celular - Smartwatch, industrializado no País.</p> <p><b>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR</b>  <b><u>PORTARIA SECEX Nº 306, DE 5 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 581, de 28 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</b></p>	<p><b>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO)</b>  → Procuradoria Federal Especializada  <b><u>PORTARIA ICMBIO Nº 1.002, DE 5 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Empreendimentos de infraestrutura de utilidade pública e/ou interesse social preexistentes à criação das Unidades de Conservação federais</p>
<p><b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA CONJUNTA MF/MPO/MGI/SRI-PR Nº 1, DE 1º DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização de emendas individuais, de bancada estadual, de comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso Nacional e superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto nos</p>

	<p>arts. 166, §§ 9º a 20, e 166-A da Constituição, nos arts. 71, 73 a 84 da <a href="#">Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023</a> e art. 4º, §§ 7º, 10 e 11 da <a href="#">Lei nº 14.822, de 22 de janeiro 2024</a>, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 90, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b> Altera parcialmente grupo de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constante da Lei Orçamentária vigente, no Ministério de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 46.000.000,00.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 88, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 424.419.074,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p><b>Poder Judiciário</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE</b> – Gabinete</p> <p><b><u>PORTARIA TSE Nº 266, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor que especifica.</p> <p><b><u>PORTARIA TSE Nº 267, DE 9 DE ABRIL DE 2024</u></b> Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.</p>
<p><b>Publicação DOE-SP</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>11/04/2024</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 17.898, DE 09 DE ABRIL DE 2024</u></b> Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2024-2027.</p> <p><b><u>LEI Nº 17.897, DE 09 DE ABRIL DE 2024</u></b> (Projeto de lei nº 1633/2023, do Deputado Oseias de Madureira – PSD) Institui o uso do Cordão de Girassol como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com deficiências ocultas no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>LEI Nº 17.896, DE 09 DE ABRIL DE 2024</u></b> (Projeto de lei nº 498/2021, dos Deputados Leci Brandão – PCdoB, Marcio Nakashima – PDT, Márcia Lia – PT e Emídio de Souza – PT) Declara o “hip-hop” patrimônio cultural imaterial do Estado.</p> <p><b><u>LEI Nº 17.894, DE 09 DE ABRIL DE 2024</u></b> (Projeto de lei nº 1267/2007, da Deputada Ana Perugini – PT) Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública.</p>

<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)</b>  <b>→ Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS)</b>  <b><u>PORTARIA CEETEPS GDS Nº 3911 DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Estabelece as normas operacionais para a realização da matrícula institucional para ingresso, por meio do Provão Paulista Seriado, no 2º Semestre de 2024, nos cursos de graduação presenciais das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e dispõe sobre assuntos correlatos.</p> <p><b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP)</b>  <b><u>PORTARIA 30/2024 - UNIVESP PR</u></b>  Prorroga o prazo das inscrições do Processo Seletivo Vestibular, do 2º Semestre de 2024, para ingresso nos cursos de graduação da Univesp.</p>
<b>Esportes</b>	<p><b>COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL)</b>  <b><u>PORTARIA GAB.CEL 021 DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o Calendário Oficial da Divisão de Lazer para o ano de 2024 no Estado de São Paulo.</p>
<b>Gestão e Governo Digital (SGGD)</b>	<p><b>COMUNICADO</b>  COMUNICADO DA UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS  <b>GESTÃO E GOVERNO DIGITAL</b>  Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH  <b><u>GRADE DE SUBSTITUIÇÃO – BIÊNIO 2024-2025</u></b>  Comunicamos que a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP publicará Suplemento em 20 de maio de 2024, com fundamento no Decreto nº 42.850/1963, suplemento único contendo a relação dos servidores indicados para substituir os titulares de cargos, funções em empregos públicos de Comando.</p>
<b>Justiça e Cidadania (SJC)</b>	<p><b>FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE (FUNDAÇÃO CASA)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 450, DE 11 DE ABRIL DE 2024</u></b>  (...)  Artigo 1º - Estabelecer regras e procedimentos para o encaminhamento de adolescentes, autores ou vítimas, para elaboração de Boletins de Ocorrências, nos seguintes casos:  I - Ocorrências graves e gravíssimas de natureza coletiva, tais como rebeliões, movimentos de indisciplina, tumultos;  (...)</p>

<b>Parcerias em Investimentos (SPI)</b>	<p><b>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.514, DE 08 DE ABRIL DE 2024.</u></b>  Dispõe sobre a aprovação dos novos valores das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (Processo Sei nº. 133.00001240/2023-93).  *Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DOE, na Edição de 9 de abril de 2024, Caderno Executivo, Seção Atos Normativos, de 09 de abril de 2024. Está sendo republicada a Deliberação ARSESP nº 1.514 em seu inteiro teor.</p>
<b>Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS – 76, DE 12 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, para aquisição de repelentes, em consonância ao Decreto Nº 68.368, de 5 de março de 2024, e dá outras providências.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 75, DE 12 DE ABRIL DE 2024.</u></b>  Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Transferências Voluntárias, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providências decorrentes.</p>
<b>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</b>	<p><b>REITORIA</b>  <b><u>PORTARIA UNESP Nº 39, DE 3 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Dispõe sobre concurso de Pesquisadores na UNESP e dá outras providências.</p>
<b>Publicação DOE Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>11/04/2024</b>	<p><b>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</b>  <b>VETO PARCIAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 1244, DE 2023</u></b>  <b><u>MENSAGEM A-Nº 018/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u></b>  São Paulo, 10 de abril de 2024  (...)  O projeto de lei, de iniciativa governamental, institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027.  (...)</p> <p><b>VETO PARCIAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 1633, DE 2023</u></b>  <b><u>MENSAGEM A-Nº 017/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u></b>  São Paulo, 10 de abril de 2024  (...)  De origem parlamentar, a proposição institui o uso do Cordão de Girassol como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com deficiências ocultas no Estado de São Paulo.</p>

(...)

**VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 1473, DE 2023](#)  
[MENSAGEM A-Nº 016/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO](#)**

São Paulo, 10 de abril de 2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva instituir o serviço Disque-Denúncia das Comunidades Terapêuticas e dá outras providências.

(...)

**VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 1203, DE 2023](#)  
[MENSAGEM A-Nº 015/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO](#)**

São Paulo, 10 de abril de 2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder o uso a título precário das áreas remanescentes do Rodoanel Mário Covas para entidades que implantem hortas comunitárias e entidades protetoras dos animais (artigo 1º).

(...)

**VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 583, DE 2023](#)  
[MENSAGEM A-Nº 014/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO](#)**

São Paulo, 10 de abril de 2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir Programa de Proteção e Apoio ao Profissional da Educação Vítima de Violência, com a finalidade de assegurar "suporte, atendimento e garantias aos servidores dos quadros do magistério e de apoio escolar vítima de violência praticada no ambiente escolar" (artigo 1º).

(...)

**VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 136, DE 2023](#)  
[MENSAGEM A-Nº 013/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO](#)**

São Paulo, 10 de abril de 2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva autorizar o Poder Executivo a divulgar números telefônicos voltados à denúncia e ao combate das práticas de discriminação e de injúria racial.

(...)

**VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 447, DE 2021](#)  
[MENSAGEM A-Nº 012/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO](#)**

São Paulo, 10 de abril de 2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca dispor sobre o controle e fiscalização de produtos químicos controlados pelo Exército, pela Polícia Federal e por outros órgãos públicos federais.

(...)

**VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 514, DE 2019](#)**



	<p><b><u>MENSAGEM A-Nº 011/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u></b>  São Paulo, 10 de abril de 2024  (...)  De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a incluir nas escolas da rede pública do Estado a disciplina Noções Básicas de Direito, com carga horária semanal de sessenta minutos (artigo 1º, "caput" e parágrafo único). O Projeto ainda dispõe sobre o conteúdo a ser ministrado (artigos 2º e 3º), sobre a qualificação dos profissionais que ministrarão a disciplina (artigo 4º) e o processo de sua seleção (artigo 5º).  (...)</p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 221, DE 2024</u></b>  Cria um sistema de monitoramento e avaliação das políticas de inclusão adotadas nas escolas estaduais de São Paulo.</p>
<p><b>10/04/2024</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b>  <b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 2024</u></b>  Altera dispositivos da <a href="#">Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009</a>, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da <a href="#">Constituição Estadual</a>.</p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 220, DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 12.907, de 15 de abril de 2008</a>, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo, para estabelecer que os pacientes transplantados terão os mesmos direitos das pessoas com deficiência.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 218, DE 2024</u></b>  Institui a Política Estadual de Combate à Fome e a Insegurança Alimentar e Nutricional no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 214, DE 2024</u></b>  Revoga o inciso IV do artigo 4º da <a href="#">Lei nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003</a>, com a redação conferida pela <a href="#">Lei nº 17.785, de 03 de outubro de 2023</a>, que dispõe sobre a Taxa Judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense, e dá outras providências.</p>
<p><b>08/04/2024</b></p>	<p><b>PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO</b>  <b><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2024</u></b>  Susta os efeitos do <a href="#">Decreto 68415, de 4/4/2024</a>, que dispõe sobre a presença de atendente pessoal nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.”.</p>
<p><b>Publicação TCE</b></p>	<p><b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b></p>

<p><b>12/04/2024</b></p>	<p><b>COMUNICADOS</b>  COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA  <b><u>DELIBERAÇÃO</u></b>  (SEI Nº 0018205/2023-46)  Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento.  (...)</p>
<p><b>10/04/2024</b></p>	<p><b>COMUNICADOS</b>  COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL  <b><u>COMUNICADO SDG Nº 18/2024</u></b>  O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizará no próximo dia 11 de abril, a partir das 14h, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, localizada na Avenida Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, Ciclo de Debates com os agentes políticos e públicos das cidades abaixo relacionadas.  (...)</p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>11/04/2024</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 63.347, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Introduz alterações no <a href="#">Decreto nº 58.717, de 17 de abril de 2019</a>, que instituiu o Plano Municipal de Segurança Viária 2019/2028 e o Comitê Permanente de Segurança Viária do Município de São Paulo.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.341, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2024 - PPI 2024, instituído pela <a href="#">Lei nº 18.095, de 19 de março de 2024</a>, e introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado na forma do Anexo Único integrante do <a href="#">Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.336, DE 10 DE ABRIL DE 2024</u></b>  Estabelece procedimentos para o monitoramento e a avaliação do Programa de Metas, previsto no artigo 69-A da Lei Orgânica do Município de São Paulo; institui a Rede do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico do Programa de Metas - Rede SMAE; institui os Ciclos de Avaliação de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Comissão de Avaliação de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo, e confere outras providências.</p>
<p><b>09/04/2024</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.104, DE 8 DE ABRIL DE 2024</u></b>  (Projeto de Lei nº 411/23, da Vereadora Jussara Basso - PSB)  Altera a <a href="#">Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007</a>, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, a ser comemorada anualmente entre os dias 25 a 31 de julho.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti  
[ajrcavalcanti@sp.gov.br](mailto:ajrcavalcanti@sp.gov.br)

Edson Prates  
[eprates@sp.gov.br](mailto:eprates@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>